



intervenção urgentíssima que permita a salvaguarda destes postos de trabalho, o pagamento dos salários em atraso aos trabalhadores e que se evite o encerramento de mais esta unidade produtiva numa região, a Cova da Beira, e num Concelho, o da Covilhã, onde as taxas de desemprego ultrapassam hoje em muito a taxa média de desemprego nacional. Os últimos dados referentes ao nº de desempregados no Concelho da Covilhã no passado mês de Fevereiro fornecidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) referem que neste concelho estavam inscritos no Centro de Emprego 3240 desempregados, mais ... do que em Janeiro e mais ..., do que em Dezembro passado, o que representa uma taxa de desemprego de cerca de 11,8%.

É urgente a intervenção do Governo antes que se percam mais 200 postos de trabalho no Concelho da Covilhã.

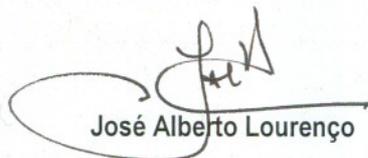
Não é aceitável que da parte do Governo haja um procedimento diferente daquele que muito recentemente houve com outra empresa, com dimensão idêntica, embora noutro sector de actividade.

Assim ao abrigo das disposições legais e regimentos aplicáveis, vimos perguntar através de V.Exa., ao Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, o seguinte:

1. Que conhecimento tem o Governo desta grave situação e em particular do pedido de insolvência solicitado pela administração desta empresa?
1. Que medidas irão tomar, para assegurarem o pagamento dos salários em atraso a estes trabalhadores e para salvaguardarem a manutenção destes postos de trabalho, tanto mais que os principais credores apresentados pela empresa são, o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a CGD e o BPN, qualquer delas hoje entidades públicas?

Palácio de São Bento, 01 de Abril de 2009.

Deputados:


José Alberto Lourenço


João Oliveira